

RELATÓRIO DE GESTÃO
DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU /PA
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2023

APRESENTAÇÃO

O Relatório Gestão é um instrumento imprescindível no acompanhamento da transparência da situação financeira municipal através da prestação de contas relativa ao exercício anterior das contas de Governo do Prefeito. O documento apresenta informações da Execução Orçamentária, Análises das Receitas e Despesas, Balanços Financeiro e Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração da Dívida Pública e Considerações pessoais da Administração.

TEMAS A SEREM APRESENTADOS

- Despesa Orçamentária
- Receita Orçamentária
- Receita Corrente Líquida
- Execução Orçamentária
- Metas de Arrecadação
- Cronograma de Desembolso
- Resultado Nominal
- Resultado Primário
- Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
- Aplicação de Recursos em Educação (25%)
- Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB
- Despesas com Pessoal
- Restos à Pagar
- Alienação de Ativos
- Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

- Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º
- Lei 4.320/64, Art. 2º - A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho de Governo, obedecida os princípios de unidade universalidade e anualidade.
- § 1º Integrarão a Lei de Orçamento:
 - - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
 - - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;
 - - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação; IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- § 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:
 - - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
 - - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nº6 a 9;
 - - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.
-

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

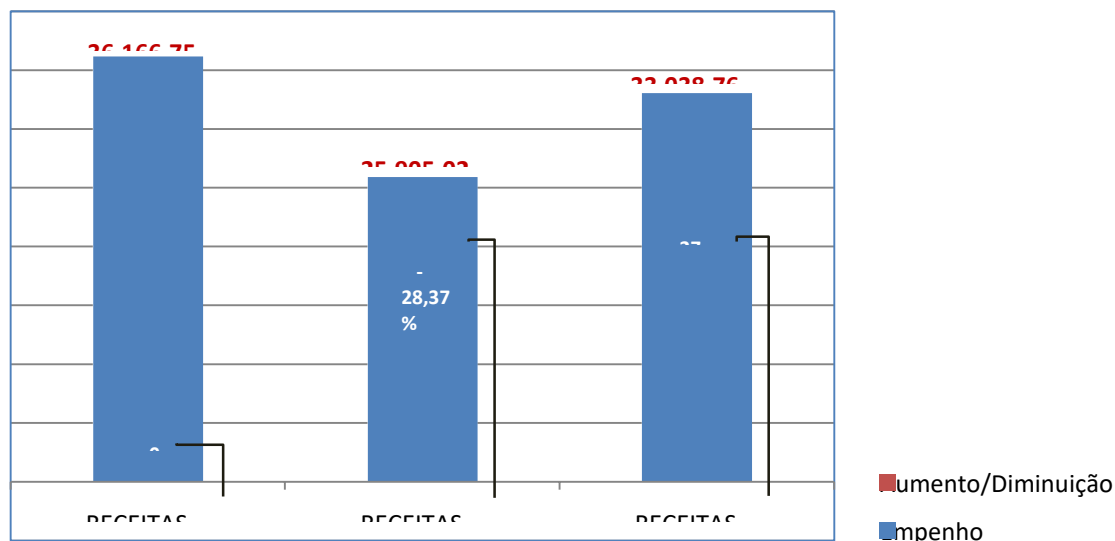
Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Receitas Arrecadadas em Exercícios Anteriores

RECEITAS	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTE	74.299.021,79	92.023.130,75	105.323.160,51
RECEITAS DE CAPITAL	505.065,00	12.828.024,31	12.829.102,99
TOTAL DAS RECEITAS	74.804.086,79	104.851.155,06	118.152.263,50

Lei nº 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Evolução da Receita Orçamentária



Média Mensal da Receita Arrecadada até 3º Quadrimestre/2023	
Receita Orçamentária	118.152.863,50
Média Mensal	9.846.021,96

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Despesa Realizada em Exercícios Anteriores

Exercício	Empenhado	Liquidado
2022	106.909.982,27	106.134.683,74

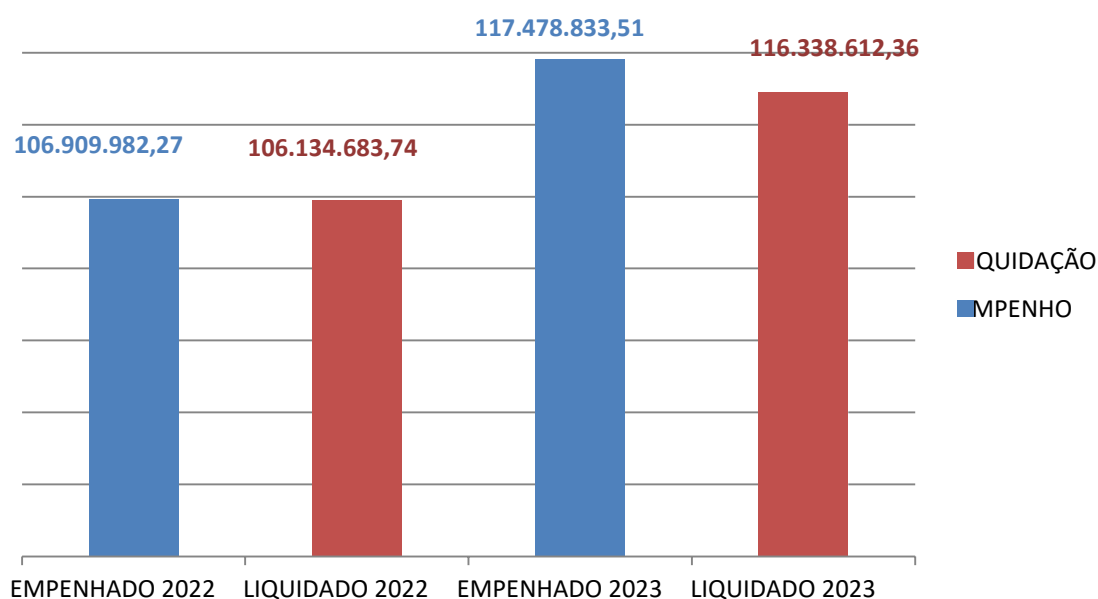
Despesa realizada até o 3º Quadrimestre/2023

	Empenhado	Liquidado
Despesa Orçamentária	117.478.833,51	116.338.612,36
Média Mensal	9.789.902,79	9.694.884,36

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

LRF, Art. 2º - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de

setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores

Exercício	Valores
2022	93.288.217,47

Receita Corrente Líquida Arrecadada até 3º Quadrimestre/2023

Receita Corrente Líquida	105.273.406,58
Média Mensal	8.772.783,88

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL)



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

- a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
- c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Receitas Arrecadadas	
Receitas Correntes (I)	105.323.160,51
Receita Tributária	6.138.692,26
Receita de Contribuições	2.141.455,49
Receita Patrimonial	424.789,31
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	104.454.702,94
(-) Deduções das Transferências Correntes	-8.922.846,98
Outras Receitas Correntes	1.086.967,49
Receitas de Capital (II)	12.829.102,99
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	12.829.102,99
Outras Receitas de Capital	0,00
Total (III) = (I+II)	118.152.263,50

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Despesas Liquidadas Por Órgão de Governo		
01	Poder Legislativo	2.600.758,27
02	Gabinete do Prefeito	1.893.065,08
03	Controladoria Controle Interno	0,00
04	Sec. Mun. de Administração	4.968.331,05
05	Sec. Mun. de Finanças	1.477.439,52
06	Sec. Mun. de Assistência Social	3.441.716,19
07	Sec. Mun. de Saúde	29.756.506,23
08	Sec. Mun. de Educação	9.823.535,64
09	Sec. Mun. de Esporte e Turismo	1.253.818,54
10	Sec. Mun. de Obras, Serv Urb e Transporte	21.640.293,54
11	Sec. Mun. de Agricultura e Abastecimento	1.104.199,50
12	Encargos Gerais do Município	1.549.793,48
17	FUNDEB	33.349.637,36
21	Sistema Autônomo de Abast. de Água	1.153.415,24
22	Sec. Mun. de Meio Ambiente	2.496.019,94
23	Sec. Mun. de Cultura	970.303,91
24	Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente	0,00
99	Reserva de Contingência	0,00
Total (IV)		17.478.833,51

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Execução Orçamentária e Financeira

Superávit Financeiro do Exercício Anterior (I)	0,00
Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (II)	674.029,99
Restos a Pagar Não Processados (III)	1.140.221,15
Superávit (IV) = (I + II - III)	-466.191,16

METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8º - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

Receitas Orçamentárias	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas Correntes (I)	99.527.377,04	105.323.760,51	5.796.383,47
Receita Tributária	4.566.791,39	6.138.692,26	1.571.900,87
Receita de Contribuições	546.755,95	2.141.455,49	1.594.699,54
Receita Patrimonial	58.795,00	424.789,31	365.994,31
Receita Agropecuária	0	0	0,00
Receita Industrial	0	0	0,00
Receita de Serviços	4.458.386,82	0	-4.458.386,82
Transferências Correntes	97.762.914,88	104.454.702,94	6.691.788,06
(-) Deduções das Transferências Correntes	-7.874.017,00	-8.922.846,98	-1.048.829,98
Outras Receitas Correntes	7.750,00	1.086.967,49	1.079.217,49
Receitas de Capital (II)	18.000.470,22	12.829.102,99	-5.171.367,23
Operações de Crédito	0	0	0,00
Alienação de Bens	242500	0	-242.500,00
Amortização de Empréstimos	0	0	0,00
Transferências de Capital	17.757.970,22	12.829.102,99	-4.928.867,23
Outras Receitas de Capital	0	0	0,00
Total (III) = (I+II)	117.527.847,26	118.152.863,50	625.016,24

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8º - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

Despesas Orçamentárias	Fixadas	Atualizada	Realizadas	Diferença
Despesas Correntes (I)	81.416.278,28	81.416.278,28	101.990.401,25	7.115.036,78
Pessoal e Encargos Sociais	42.888.837,25	42.888.837,25	52.966.374,98	1.813.539,63
Juros e Amortização da Dívida	30.000,00	30.000,00	-	0,00
Outras Despesas Correntes	38.497.441,03	38.497.441,03	49.024.026,27	5.301.497,15
Despesas de Capital (II)	35.561.568,98	35.561.568,98	15.488.432,26	2.397.840,78
Investimentos	34.234.568,98	34.234.568,98	14.423.970,41	2.279.386,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	1.327.000,00	1.327.000,00	1.064.461,85	118.454,17
Reserva de contingência (III)	550.000,00	550.000,00	0,00	306.170,03
Reserva de contingência	550.000,00	550.000,00	0,00	306.170,03
Total (IV) = (I+II+III)	117.527.847,26	117.527.847,26	117.478.833,51	9.819.047,59

META FISCAL DO RESULTADO PRIMÁRIO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 53, III

LRF, Art. 53 - Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a: III - resultados nominal e primário;

Resultado Primário	Quadrimestre	Até Quadrimestre
Receitas Fiscais (A)		117.728.074,19
Despesas Fiscais (B)		111.958.488,17
Resto à Pagar Não Processados (C)		3.106.775,00
(A-B-C) = Resultado Primário		2.662.811,02

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
Meta Fiscal do Resultado Primário Prevista na LDO para o Exercício de Referência	993.566,61
Meta Fiscal do Resultado Primário Realizada no quadrimestre	2.622.811,02
Meta Fiscal do Resultado Primário Realizada Até o quadrimestre	2.622.811,02

META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 53, III

LRF, Art. 53 - Acompanhar o Relatório Resumido demonstrativos relativos a: III - resultados nominal e primário;

Dívida Fiscal Líquida	Exercício Anterior	Até Quadrimestre
Dívida Consolidada (I)	3.372.788,04	3.457.826,19
Deduções (II)	-13.124.335,87	-11.878.370,53
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I-II)	16.496.623,91	15.336.196,72
Receitas De Privatizações (IV)	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00
Dívida Fiscal Liquidada (VI) = (III+IV-V)	16.496.623,91	15.336.196,72

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
Meta Fiscal do Resultado Nominal Prevista na LDO para o Exercício de Referência	14.633.898,27
Meta Fiscal do Resultado Nominal Realizada Até o Quadrimestre	15.336.196,72

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art's. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	50.716.714,21
Despesas por função/subfunção (II)	29.756.506,23
Deduções (III)	15.606.572,54
Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)	14.149.933,69
Mínimo a ser aplicado	7.607.507,13
Aplicado à menor	0,00
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	27,90%

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	53.655.646,27
Despesas por função/subfunção (II)	43.173.173,00
Deduções (III)	22.412.444,73
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)	
Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)	20.760.728,27
Mínimo a ser aplicado	13.413.911,57
Aplicado à Menor	
Percentual aplicado = (V) / (I) x 100	38,69%

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO	VALOR APLICADO	%APLICADO
APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	13.413.911,57	20.760.728,22	38,69%

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no *caput* do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses	105.273.406,58
(I) (-) Transferência obrig. da união relativas às emendas individuais (II)	105.273.406,58
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES	
DESP. C/PESSOAL (III) = (I – II)	
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (IV)	52.013.529,86
Limite Prudencial - 51,30%	60.005.841,75
Limite Máximo - 54,00%	63.164.043,95
Percentual aplicado = (IV) / (III) x 100	49,41%

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses	105.273.406,58
(I) (-) Transferência obrig. da união relativas às emendas individuais (II)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DESP. C/PESSOAL (III) = (I – II)	105.273.406,58
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (IV)	1.654.643,46
Limite Prudencial - 5,70%	6.000.584,18
Limite Máximo - 6,00%	6.316.404,39
Percentual aplicado = (IV) / (III) x 100	2,00%

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses	105.273.406,58
(I) (-) Transferência obrig. da união relativas às emendas individuais (II)	105.273.406,58
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DESP. C/PESSOAL (III) = (I – II)	
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (IV)	52.013.529,86
Limite Prudencial - 51,30%	60.005.841,75
Limite Máximo - 54,00%	63.164.043,95
Percentual aplicado = (IV) / (III) x 100	49,41%

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar nº101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

LRF, Art. 55. O relatório conterá:

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

- 1) liquidadas;
- 2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;
- 3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;
- 4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar nº101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU	Valores
Restos A Pagar Não Processados (I)	0,00
(+) Inscrições do Exercício Anterior	615.402,17
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores (-) Cancelamentos	398.638,60
Restos a Pagar a Liquidar	0,00
Restos a Pagar em Liquidação	0,00
Restos a Pagar Liquidado a Pagar (-) Restos a Pagar Pagos	0,00
(+) Inscrição do Exercício de 2023	489.107,62
	524.933,15
Restos Processados (II)	0,00
(+) Inscrições do Exercício Anterior	2.880.756,36
(+) Inscritos em Exercícios (-) Cancelamentos	342.245,39
Restos a Pagar	0,00
(-) Restos Pagos	859.612,02
(+) Inscrição do Exercício de 2023	2.363.389,73
Saldo a Pagar (I+II)	2.888.322,88

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar nº101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO	Valores
Restos A Pagar Não Processados (I)	0,00
(+) Inscrições do Exercício Anterior	0,00
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	0,00
(-) Cancelamentos	0,00
Restos a Pagar a Liquidar	0,00
Restos a Pagar em Liquidação	0,00
Restos a Pagar Liquidado a Pagar	0,00
(-) Restos a Pagar Pagos	0,00
(+) Inscrição do Exercício de 2023	0,00
Restos Processados (II)	0,00
(+) Inscrições do Exercício Anterior	510,48
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	0,00
(-) Cancelamentos	0,00
Restos a Pagar	0,00
(-) Restos Pagos	0,00
(+) Inscrição do Exercício de 2023	0,00
Saldo a Pagar (I+II)	510,48

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 9º, § 4º

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizará o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a: I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Igarapé-Açu/PA, 28 de Março de 2024.

NORMANDO MENEZES DE SOUZA
Prefeito Municipal de Igarapé-Açu